

## LUTAS SOCIAIS NA BOLÍVIA E O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTISSISTÊMICOS

**Ilse Gomes Silva**

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

### LUTAS SOCIAIS NA BOLÍVIA E O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTI-SISTÊMICOS

**Resumo:** Este artigo analisa as lutas sociais na Bolívia em 2008, quando o país entrou em uma guerra civil provocada pelo movimento de separação das províncias do Leste, ameaçando o governo do presidente Evo Morales. Destaca que as intervenções das entidades ligadas às classes sociais dominantes das províncias do Leste e o papel dos EUA como articulador desse processo ameaçam não apenas a soberania da Bolívia, mas dos diversos países latinos que no momento aplicam políticas de governo que entram em choque com o neoliberalismo.

**Palavras-chave:** Lutas sociais, soberania, movimentos sociais.

### SOCIAL STRUGGLE IN BOLIVIA AND THE MAIN ROLE OF SOCIAL ANTI-SYSTEMIC MOVEMENTS

**Abstract:** This article analyzes the social fights in Bolivia in 2008 when the country entered a civil war provoked by the movement of separation of the provinces of the East, threatening president Evo Morales's government. The interventions of the linked entities to the dominant social classes of the provinces of the East and the role of the USA as an articulator of that process not just threatened the sovereignty of Bolivia but of the several Latin countries that at that moment applied government's policies that opposed the new liberalism.

**Keywords:** Social fights, sovereignty, social movements.

Recebido em 11.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma das características da formação socioeconômica da América Latina é a intervenção estrangeira. Colonizada pelos espanhóis e portugueses, sofreu o controle, posteriormente, também dos ingleses, franceses e holandeses e, a partir do século XIX, os EUA têm a hegemonia do poder político e econômico no continente.

Autores como Cardoso e Faletto (1973), Marini (2000), Dos Santos (1991, 1994, 1999, 2000) escreveram sobre a “situação de dependência” à qual a América Latina está integrada à economia mundial. Embora não considere fundamental recuperar as principais teses desses autores, é importante destacar a presença dos EUA na região, principalmente nessa fase de neoliberalismo.

Através da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, os EUA exigiram dos países latino-americanos a realização de reformas, pautadas principalmente nas privatizações de setores estratégicos da economia (telecomunicações, siderurgias, petróleo e gás) e na transformação mercadológica das políticas sociais. O desmonte das economias nacionais e do sistema de proteção social provocou o protesto popular com diferentes dimensões e radicalismo em todos os países.

A força popular tem se constituído em importante obstáculo para a implantação dessas reformas. O início do século XXI tem sido expressivo nessa força. No México, são os zapatistas; no Equador, os índios; no Uruguai, as comunidades; na Colômbia, as Farcs; na Argentina foram os piqueteiros e, no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra é a resistência mais expressiva

Essa força popular que se levanta tem como característica a sua composição majoritariamente indígena e camponesa, e sua prática política valorizando a democracia de base, as grandes marchas e uma pauta de denúncia contra as políticas neoliberais. Foram expressivas as lutas dos hondurenhos em defesa da água e, dos bolivianos, em defesa do gás. Em cada canto das Américas do Sul, Central e do Caribe a luta do “povo” adquiriu visibilidade e radicalidade.

A variedade de lutas que se apresentam na América Latina, desde aquelas que se ancoram no interior do aparelho de Estado até os que mencionam querer mudar o mundo sem tomar o poder sinalizam que sim. O importante é, sempre levando em conta as particularidades nacionais e/ou étnicas de cada uma delas, não reduzi-las a simples expressões identitárias incapazes de confluírem para atuações mais amplas e coordenadas. Não por

acaso, todas estas lutas se preocupam em manter acesa sua chama internacionalista (ALMEIDA, 2005, p. 54).

A reação popular derrubou ministros e presidentes, impondo mudanças de governo e de suas políticas neoliberais. Construiu-se uma forte resistência ao poder dos Estados Unidos, encabeçada principalmente pela Venezuela, através do presidente Hugo Chávez ao propor a Alternativa Bolivariana para a América Latina e Caribe – ALBA de caráter cooperativo, solidário e gestada na mente e no coração do povo latino americano.

Esses movimentos colocaram na centralidade da pauta política a necessidade da articulação das lutas sociais em planos nacionais e transnacionais. Ao transcenderem o plano nacional, reacenderam a luta internacionalista e antiimperialista<sup>1</sup>.

## 2 BOLÍVIA: uma história de resistência à invasão externa

A constituição da Bolívia como nação independente ocorreu a partir de uma série de lutas sociais chamadas de “guerras de libertação do Alto do Peru”, cujo resultado da vitória, em 06 de agosto de 1825, deu origem a vários Estados nação, dentre eles a Bolívia, em homenagem ao líder do movimento de libertação: Simón Bolívar<sup>2</sup>

Território de importantes e antigas culturas indígenas, como o Império Andino com histórica resistência ao processo de destruição implantado pela colonização espanhola, atualmente, os herdeiros dessa cultura estão representados principalmente pelas nações Aymara e a Quéchuas que constituem não apenas a maioria da população, mas um sólido sistema de identidade cultural e organização política, embora permaneça o contingente mais empobrecido da população. Desde os tempos da colonização, os povos indígenas resistem à exploração e lutam pela sua emancipação, mantendo sua origem guerreira. Primeiro lutaram contra os espanhóis, depois vieram os latifundiários, coronéis, os militares (1971 - 1982) e, atualmente, lutam contra os latifundiários.

A história mostra que o povo não mede esforços para fazer valer aquilo que pensa ser melhor para si. Desde 1825, quando se libertou da Espanha, o país já passou por quase 200 golpes de estado ou deposições de presidente. Sua política é marcada por levantes populares violentos e decisivos. Os povos autóctones, os camponeses, os trabalhadores urbanos e os estudantes param o país, trançam as ruas e estradas, invadem palácios, enfrentam fuzis (TAVARES, s.d).

Além de ser berço de uma importante cultura indígena, a Bolívia teve e tem muitas riquezas com viabilidade econômica. Seu solo era rico em prata, mas com o esgotamento das minas, o gás natural se tornou uma importante fonte de investimento nos anos 1990.

A partir do final dos anos 1980, os governos eleitos adotaram políticas neoliberais, agravando a situação de pobreza da maioria da população. Desde então, a Bolívia se transformou em palco de uma série de revoltas, tendo como protagonistas principais o Movimento ao Socialismo – MAS, dirigido nesse período pelo cocaleiro Evo Morales e a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia – CSTUCB – dirigida por Felipe Quispe, representante da comunidade aimará e a comunidade de El Alto, bairro pobre de maioria indígena. A Confederação Operária Boliviana – COB, com histórica tradição de luta, estava num momento de fragilidade impactada pelas investidas neoliberais ao movimento sindical.

A reação ao neoliberalismo se concentrava nas entidades do movimento popular e dos camponeses indígenas. Enquanto os diversos governos garantiam os interesses das multinacionais do gás e do petróleo, essas entidades reivindicavam a nacionalização do gás e a soberania das comunidades indígenas.

O conflito entre trabalhadores, indígenas e governo se acirra após a eleição do presidente Sánchez de Lozada<sup>3</sup>, em 2003, ao derrotar Evo Morales, do MAS. A revolta da maioria da população derruba o presidente em 2004, assumindo em seu lugar o seu vice, Carlos Mesa. Entretanto, Mesa não consegue manter o compromisso de nacionalização do gás<sup>4</sup>.

### **3 LUTA DE CLASSES E SOBERANIA:** a classe dominante organiza o movimento de separação das províncias do leste

A cena política na Bolívia tem sido marcada por lutas sociais em que as classes populares assumem o protagonismo de organizar a resistência contra a exploração do capital. Segundo Tavares (s.d.), a Bolívia já passou por cerca de 200 Golpes de Estado ou deposição de presidentes desde 1825, quando se tornou independente da Espanha. A eleição de Evo Morales representa um momento em que as classes populares alcançam um poder de organização e unificação capaz de ocupar o cargo político mais importante do Estado.

Evo Morales, cocaleiro de origem indígena, foi eleito presidente após um levante popular de combate às políticas neoliberais em 18 de dezembro de 2005 pelo MAS – Movimento ao Socialismo. Como líder do MAS, em diversas ocasiões, foi considerado moderado por suas posições em defesa da institucionalidade nos

conflitos pela nacionalização do gás. Quando assumiu a presidência, adotou um programa de conciliação com os setores derrotados, o que possibilitou a recuperação da extrema direita de sua derrota eleitoral. Segundo Petras (2008), o governo de conciliação de Evo Morales e o seu controle do MAS desmobilizou sua base de apoio.

Os acontecimentos do movimento de separação das províncias do Leste tiveram como antecedentes imediatos o referendo de 8 de agosto de 2008, em que Morales recebeu cerca de 67% da votação nacional, desencadeando a reação da extrema direita, uma vez que tinha sido derrotada em mais uma eleição. A extrema direita ao não reconhecer a vitória de Evo Morales nesse referendo exigiu que a Constituição e o referendo fossem anulados (BORGES, 2008).

O movimento de separação se iniciou com um violento levantamento na regional dos cinco departamentos do Leste: Santa Cruz, Pando, Beni, Tarija e Chuquisaca. Organizaram um Conselho Nacional Democrático – CONALDE, composto por prefeitos locais, presidentes de municipalidades, empresários, latifundiários e líderes da juventude (União da Juventude Cruzence). Esse movimento promoveu ataques aos prédios públicos, bloqueios de estradas, sabotagem aos gasodutos e violência contra os indígenas ou apoiadores de Evo Morales<sup>5</sup> (PETRAS, 2008).

rejeitam a nova Constituição e exigem que o governo devolva às províncias cerca de 166 milhões de dólares em royalties do petróleo e gás realocados para a área da Previdência Social (WEISSHEIMER, 2008).

A forma de desestabilizar o governo de Evo Morales foi empreender uma campanha de desmoralização, identificando o governo com o narcotráfico e a corrupção. Incentivou o sentimento separatista entre as regiões ricas do leste e a pobre do alto. Entretanto, mesmo com essa campanha, a direita foi derrotada e Evo Morales venceu o referendo de 8 de agosto com 67% de aprovação.

Esse fato teve seu agravante com a denúncia dos deputados do MAS da participação do embaixador norte-americano na Bolívia, Philip Glodberg, no processo de desestabilização do governo Evo Morales. O embaixador Philip Goldberg<sup>6</sup> desde que chegou em 2006, financiou, incentivou e organizou a direita neofascista que colocou em questão a legitimidade do governo.

Evo Morales, diante da comprovação de abuso de poder e desrespeito à soberania da Bolívia, expulsa o Embaixador Philip Goldberg<sup>7</sup> e denuncia, mais uma vez, a interferência dos EUA na política interna dos Estados nação da

América Latina, assim como alerta os outros países, principalmente aqueles governos não alinhados à política norte-americana, que o golpe de Estado continua sendo uma opção da direita.

A reação dos Estados Latino-Americanos ocorreu no dia 12 de setembro de 2008, quando os países que compõem a Unasul – União Sul-Americana de Nações deram apoio ao governo de Evo Morales, através da Declaração do Palácio de La Moneda<sup>8</sup>. Entretanto, dos presidentes latino-americanos, somente Hugo Chávez indicou um apoio mais decisivo, disponibilizando inclusive tropas para o governo de Evo Morales. O Brasil disponibilizou um avião da FAB e insistiu na necessidade de respeito à soberania da Bolívia.

A soberania da Bolívia foi duplamente ameaçada. Internamente, quando a direita não reconheceu um referendo constitucional e democrático e a autoridade do presidente Evo Morales. E, externamente, quando os EUA intervieram diretamente no conflito, através de seu embaixador ou de agências como a USAID<sup>9</sup>, reatualizando historicamente sua política de controle dos países latinos. É de conhecimento de todos que os EUA financiaram as ditaduras Militares da década de 1960 e nunca toleraram nenhum regime político ou movimento social que se colocasse independente da Casa Branca. Podemos citar, por exemplo, o Chile de Salvador Allende (derrubado em 11 de setembro de 1973) e Cuba. E, mais recentemente, a Venezuela, as FARC e os Zapatistas.

Os EUA querem manter sob controle as fontes de energia, fontes de água e o mercado. Tentam impedir qualquer possibilidade de uma integração dos países que se opõem ao governo norte-americano.

Na opinião de Petras (2008) o presidente Evo Morales não conteve o crescimento do fascismo da extrema direita devido às ambiguidades de suas medidas que oscilaram entre a omissão de enfrentamento desse poder e a repressão de greves dos trabalhadores e camponeses e indígenas<sup>10</sup>. Evo adotou como política o diálogo e o estabelecimento de compromissos com a extrema direita, enquanto ela avançava no ataque contra os camponeses e indígenas. Essa postura de não enfrentamento da extrema direita permitiu a “guerra civil” em 2008.

A situação da Bolívia, no caso específico dos conflitos de setembro de 2008 de elaboração de uma nova Constituição e da Venezuela, ilustram bem a posição da direita com as instituições democráticas ou com um governo eleito constitucionalmente. No momento em que há ameaça de perda de poder político ou econômico a reação é violenta, como Marx já alertava no 18 Brumário. Ter o controle do aparelho estatal (prefeituras, poder judiciário,

universidades) é fundamental para a classe dominante e seus respectivos partidos políticos. No momento em que a população empobrecida elege seus líderes, a burguesia não aceita perder as benesses do aparelho estatal.

Petras (2008) considera ainda que, embora o governo de Evo Morales, após o estado de sítio, tenha restabelecido o controle federal sobre os cinco departamentos do leste, a extrema direita ainda controlava 80% dos recursos econômicos da Bolívia. E mais grave ainda, nesse processo quem saiu fortalecido foi o exército ao invés do movimento de massa contido por Evo Morales (PETRAS, 2008).

A opinião de Díaz (2008) se aproxima de Petras (2008) ao considerar que o governo já se encontrava em uma guerra civil e que, nesse processo de violência, o presidente deveria agir com maior rigor contra a direita, mas quem realmente reagiu foram os movimentos sociais, apesar da tentativa de mantê-los sob controle. Entretanto a “maior debilidade do campo popular é sua extrema diversidade e as lutas setoriais. A maior vantagem, a capacidade e a tradição de luta revolucionária” (DÍAZ, 2008).

Antón (2008) considera como fundamental nesse conflito a luta pela terra. Os grandes latifundiários enriquecidos pela exploração do setor agropecuário não aceitam a perspectiva de uma reforma agrária, mesmo que tímida. 91% das terras agricultáveis estão nas mãos dos latifundiários que, por sua vez, estão representados pelos partidos de direita e pelos meios de comunicação<sup>11</sup>. Evo Morales adotou como política de governo a produção de alimentos para o mercado interno e somente o excedente para a exportação e projetou uma segunda reforma agrária tendo como alvo os latifundiários improdutivos e a aplicação da concepção da função econômica e social da terra. Essa política contraria os interesses dos setores agroexportadores do biocombustível que, alavancados pela tendência internacional, garantem a valorização da soja e de suas terras.

#### 4 CONCLUSÃO

A luta de classes na Bolívia se expressa de modo acirrado em que há um descompasso entre a radicalidade dos movimentos de massa e a moderação dos líderes institucionais, como o atual presidente.

As classes dominantes não aceitam a menor reforma institucional, mesmo que as alterações na estrutura de classe e de propriedade sejam pequenas. A alternativa ao Golpe de Estado e aos governos autoritários estão entre os métodos de retomada de poder na América Latina. A Bolívia está mergulhada em um confronto entre as classes fundamentais. De um lado as aspirações e experiências de autonomia

das comunidades indígenas e camponesas, que exigem reconhecimento de suas necessidade sociopolíticas e mudança em seu histórico estado de pobreza e exploração. Do outro, as classes dominantes em suas diversas frações que, articuladas com o capital internacional e os interesses dos EUA, não admitem a perda do controle político e restrições aos métodos de exploração.

Se há uma lição que Morales pode aprender dos camponeses que foram degradados e chicoteados nas ruas de Santa Cruz, dos sindicalistas que foram queimados nas sedes dos seus sindicatos e nas suas casas em Pando e dos vendedores de rua que foram expulsos dos mercados em Tarija é que não se pode 'fazer acordos' com fascistas. Não se derrota o fascismo através de eleições e concessões aos seus pagadores, os que possuem a grande propriedade (PETRAS, 2008, p. 8).

As classes populares na Bolívia têm um grande desafio a enfrentar. Não se deixarem submeter à cooptação neoliberal e de apelo a governabilidade e garantir a resistência, através de uma unidade nacional, às investidas da direita. No âmbito da América Latina, em uma dimensão internacionalista, os movimentos sociais antissistêmicos também enfrentam o desafio de articular uma agenda unificada de luta, embora já tenham alcançado a importante vitória de denunciar e resistir às mazelas do neoliberalismo e do imperialismo.

## REFERÊNCIAS

ANTÓN, Carlos. **Tierra, elites, pueblos originarios**: um estúdio a fondo. Rebelión, 09/11/2008. Disponível em: <[www.rebelión.org](http://www.rebelión.org)> Acesso em 10 nov. 2008.

AGUIAR, Flávio. A crise boliviana vista da Alemanha. **Carta Maior**. Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br). Acesso em: 17 nov. 2008.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Exorcismo ideológico e abuso das noções de 'globalização' e governabilidade. **Lutas Sociais**, n. 13/14, 2005.

BORGES, Altamiro. **Carta Maior**, 10/11/2008. Disponível em: <[www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br)>,. Acesso em: 10 nov. 2008.

MARTINS, Antonio. A cor das nossas lutas. **Lutas Sociais**, n. 11/12, 2004.

CARRERA, Nicolás Iñigo; COTARELO, María Célia. La insurrección espontánea. Argentina. Diciembre de 2001. **Lutas Sociais**, n. 8, 2002.

BRASIL DE FATO, ano 3, n. 111, 14 a 20 de abril de 2005

\_\_\_\_\_. ano 3, n. 112, 21 a 27 de abril de 2005

\_\_\_\_\_. ano 3, n. 118, 2 a 8 de junho de 2005

\_\_\_\_\_. ano 3, n. 121, 23 a 29 de junho de 2005

\_\_\_\_\_. ano 3, n. 122, 30 de junho a 06 de julho de 2005

\_\_\_\_\_. ano 3, n. 133, 28 de abril a 4 de maio de 2005

\_\_\_\_\_. ano 3, n. 134, 22 a 28 de 2005

\_\_\_\_\_. ano 3, n. 135, 29 de setembro a 05 de outubro de 2005

\_\_\_\_\_. ano 3, n. 136, 6 a 12 de outubro de 2005

\_\_\_\_\_. ano 3, n. 142, 17 a 23 de novembro de 2005

\_\_\_\_\_. ano 3, n. 3, n. 143, 24 a 30 de novembro de 2005

DIAZ, Ramiro Lizondo. Uma guerra que começou há muito tempo. **Carta Maior**. Disponível em: <[www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br)>. Acesso em: 10 nov. 2008.

SANTOS, Theotonio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da "Nova República". Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável**. 3ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro. LPP, 2000.

PETRAS, James. **Bolívia**: Fascismo toma o poder: Morales queixa-se. Disponível em: <<http://resistir.info/bolivia/intervencao.html>>. Acesso em: 03 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. Entre la insurrección y la reacción: la búsqueda del capitalismo normal de Evo Morales. **Lutas e Resistências**, Londrina, 2007.

TAVARES, Elaine. **A Bolívia vive sua hora histórica**. [s.l.: s.n.,200-?]

THUSWOHL, Maurício. Acusado de massacre, governador de Pando é preso. **Carta Maior**, Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br). Acesso: 10 nov. 2008.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. A política dos EUA na Bolívia. **Carta Maior**, Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br). Acesso: 13 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Evo Morales denuncia tentativa de golpe e envia tropas para proteger gasodutos. **Carta Maior**. Disponível em: [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br). Acesso: 17 nov. 2008.

## NOTAS

1. Pode-se citar, por exemplo, a Conferência Internacional Pensamento e Movimentos Sociais na América Latina e Caribe, organizada pelo MST e pela Universidade Federal Fluminense, nos dias 13 a 17 de outubro de 2005, para discutir o imperialismo e a resistência com a participação de intelectuais e ativistas políticos de mais de 10 países latino-americanos.
2. Simón Bolívar (1783-1830) foi um revolucionário sul-americano, natural de Caracas que dedicou sua vida à luta contra a colonização espanhola e pela unificação das repúblicas Hispânico-americanas.
3. Gonzálo Sánchez de Lozada proprietário de minas foi ministro da planificação em 1986,. Foi presidente da república em 1993, 1997 e 2002.
4. Lei de hidrocarbonetos aprovada pelo presidente Mesa em 2004 aumentava “os impostos pagos pelas empresas, mas não atende a reivindicação de que elas deveriam pagar 50% de royalties pelo gás e pelo petróleo, e muito menos nacionaliza o setor” (Tavares, s. d.)
5. Leopoldo Fernández, governador de Pando foi preso em 16 de setembro pelo governo de Evo Morales, acusado de ser o responsável pelo massacre de 25. Um dos líderes da extrema direita, tem sido o mais feroz nos ataques racistas contra Evo Morales, comandou o massacre de centenas de indígenas, camponeses e estudantes que participavam de uma marcha no município de Porvenir, em Pando.
6. Philip Goldberg tem uma longa história de organizar golpes de Estado. “Considerado um especialista em conflitos separatistas, Goldberg foi enviado a La Paz depois de chefiar a missão dos EUA no Kosovo, onde trabalhou para consolidar a separação e a independência dessa região, depois da Guerra dos Balcãs” (WEISSHEIMER, 2008).
7. Após a expulsão do embaixador norte americano da Bolívia e em seguida da Venezuela, os EUA, através de seu Departamento de Estado, considerou estranha a atitude dos dois países e informou que sua intenção é ajudar a população desses países através de uma “agenda positiva” considerando que seus governos não conta de ajudar sua população. (**Salvador del Río - ALAI-AMLATINA** Data: 13/09/2008, Carta Maior, [WWW.cartamaior.com.br](http://WWW.cartamaior.com.br) consultado em 10/11/2008
8. Na segunda feira (15), após seis horas de discussão, a cúpula de presidentes reunida em Santiago, no Chile, aprovou a Declaração do Palácio de La Moneda. O documento prevê a criação de uma comissão para acompanhar o processo de negociação em curso em La Paz, coordenada pela presidência chilena. A Declaração foi aprovada pelos nove Presidentes que participaram da reunião: Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Tabaré Vasquez (Uruguai), Cristina Kirchner (Argentina), Fernando Lugo (Paraguai), Rafael Correa (Equador), Hugo Chávez (Venezuela), Michele Bachelet (Chile) e, ainda, pelo próprio Evo Morales. Até o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, firmou o documento”. (**Clarissa Pont** Data: 17/09/2008, Carta Maior, consultado em 10/11/2008)
9. USAID - Agência de Cooperação Internacional.
10. A Bolívia tem uma composição de cerca de 15% de brancos e 60% de índios da etnia Quéchua e Aymara (EÇA, Luiz, Bolívia: intervenção ou morte. <http://resistir.info/bolivia/intervencao.html>. consultado em 03/11/2008).
11. “En 2006, la Comisión Especial de Asuntos Indígenas e Pueblos Originarios señaló en un informe que, los grandes propietarios de tierras, que son 5% da población son duenos de 89% de los campos. Los medianos, que representan El 15% de los habitantes, son dueños Del 8%, em tanto que los pequeños productores, que conforman El 80% de la población, poseen tan solo el 3% de las tierras”. (ANTÓN, 2008:4)

### Ilse Gomes Silva

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

**E-mail:** [ilse@terra.com.br](mailto:ilse@terra.com.br)

### Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, s/n – Campus do Bacanga.  
São Luís - MA  
CEP 65.085-580